

019

TRANSPARÊNCIA, CONTROLE SOCIAL E COMBATE À CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



SESSÕES TEMÁTICAS

III **ENEPCP** ANAIS

O USO DE EMENDAS PARLAMENTARES COMO INSTRUMENTO DE MANUTENÇÃO DE GRUPOS POLÍTICO-FAMILIARES NO PODER¹

Robson Vasconcelos Carvalho²
Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte – UFRN

RESUMO

Apresentaremos um dos resultados da pesquisa de nossa dissertação de mestrado em ciência política, intitulada Família e Política no RN: Alves, Maia e o suporte do Senado. Nela, destacamos o Senado e a Câmara Federal, no que diz respeito ao emprego de emendas parlamentares, por parte de grupos político-familiares que exerceram tais cargos no RN. Demonstraremos como essas emendas, ao longo de 10 anos, foram empregadas em desacordo com o espírito do texto constitucional, funcionando na prática, como instrumentos de manutenção de bases eleitorais dos grupos político-familiares mais longevos do estado, através de mapas que ilustram o cruzamento de dados do emprego de emendas em cada município x votos obtidos nessa pelos então senadores José Agripino Maia (DEM) e Garibaldi Alves Filho (MDB) bem como de seus respectivos filhos e primos, eleitos deputados federais. Demonstraremos ainda, de que modo as emendas dos citados senadores contribuíram como suporte para eleger estes parentes-deputados.

PALAVRAS-CHAVE

Emendas parlamentares; Senado; Família e política; Patrimonialismo; Políticas públicas e poder.

¹ Trabalho apresentado no III Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa no Campo de Públicas, com o tema: A democracia no século XXI: os desafios para a gestão pública, de 27 a 30 de agosto de 2019, na UFRN, em Natal, RN, dentro da sessão temática nº19: Transparência, controle social e combate à corrupção na administração pública, sob a coordenação dos professores Suylan Midlej (UNB); Frederico Lustosa (UFF); João Mendes (UNB)

² Há 16 anos, Robson Vasconcelos Carvalho é apresentador diário de programas de rádio e televisão no Rio Grande do Norte, é licenciado em Sociologia, graduado e mestre em Ciência Política, além de especialista e atualmente aluno especial do doutorado em Gestão de Políticas Públicas, sendo toda a formação pela UFRN. Autor do livro Manual do Cidadão, do livro Família e política no RN: Alves, Maia e o Suporte do Senado e do capítulo: Um olhar sobre O povo brasileiro de Darcy Ribeiro, no livro: Brasil, alguns intérpretes, novos olhares e autor de artigo científico internacional publicado e apresentado no Congresso Mundial de Ciência Política – Austrália/2018: A atualidade de Maquiavel em um olhar sobre o Brasil: os fins justificam a corrupção?

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde os tempos em que fui estudante do ensino médio, há cerca de 25 anos, nunca me esqueci de que em algumas aulas, os professores de história já falavam de duas famílias que dominavam o Estado do Rio Grande do Norte, e que ambas se alternavam no poder. Eles se referiam às famílias Alves e Maia, e aquilo me deixara curioso.

Passado todo esse tempo, ficou claro que em alguns momentos juntos e em outros separados, essas famílias continuavam a ocupar diversos espaços de poder no RN e que seus respectivos mandatos eram sempre mantidos, com algumas mudanças ou permutas de espaços – entre governo e Senado, por exemplo, ou com a ascensão de aliados, mas, de igual modo, os principais problemas do Estado também eram mantidos e, de igual modo, se renovavam as esperanças com as promessas de “salvar o Rio Grande do Norte”.

Resolvemos nos aprofundar nesse tema e nos deparamos com o fato de que há mais de setenta anos, os dois grupos familiares, Alves e Maia, ocupavam, continuamente, importantes espaços de poder no Rio Grande do Norte, onde, nos períodos da Colônia, Império, ou mesmo em fases anteriores da República, nenhum outro grupo político foi tão longevo.

À luz do realismo de Maquiavel, esse trabalho que desenvolvemos foi fruto de nossa dissertação de mestrado. Nos propusemos a desnudar as origens históricas, bases de formação e estratégias escolhidas e analisa os principais meios e os diversos instrumentos utilizados por essas famílias para permanecerem no poder ao longo do tempo, destacando dois deles: emendas parlamentares e financiamento de campanhas eleitorais.

PRINCIPAIS INSTRUMENTOS USADOS PARA MANUTENÇÃO DOS GRUPOS NO PODER

A nossa pesquisa apurou que a sustentação política dos grupos familiares se deu ao longo do tempo por meio das “suas” bases e instrumentos disponíveis, que se alimentam do controle de partidos, verbas de campanha eleitoral pública e privada e da distribuição de emendas parlamentares. Além disso, destacamos os cargos políticos municipais, estaduais e federais que ocupam ou nomeiam, por meio dos quais têm acesso a outros orçamentos que controlam diretamente, no exercício desse cargo, ou nos quais influenciam, quando indicam nomes de aliados para o seu preenchimento. E, ainda, do uso de veículos de comunicação próprios ou de parceiros e da influência na distribuição e aplicação de verbas publicitárias públicas e privadas, que são utilizadas para desgastar as imagens públicas dos adversários e promover a construção positiva e fortalecimento das imagens dos próprios membros da família ou aliados de ocasião.

Há uma linha muito tênue entre o que é grupo político e o que é espaço de família. Há uma força significativa do elemento família, nas composições políticas que culminam com a formação de chapas para competições eleitorais. Em momentos podem até se diferenciar enquanto grupo político, mas são sempre família. Na prática, após eventuais rusgas, todos se recompõem.

Foi de fácil observação e percepção a permanência do padrão bipolar-familiar nos principais postos de comando potiguar, e em especial no Senado, que desde a transição do regime militar, em 1985, até 2018, registrou a presença destas duas famílias: Alves e Maia, neste caso por meio, principalmente, dos senadores José Agripino Maia e Garibaldi Alves Filho.

Daí partiu a escolha do tema: *Família e política no Rio Grande do Norte: Alves, Maia e o suporte do Senado*, pois nos chamou a atenção a pouca ou quase ausente alternância nesses espaços de poder.

HISTÓRICO DA PRESENÇA DOS GRUPOS FAMILIARES EM ESPAÇOS DE PODER

Como já dissemos, há mais de sete décadas, dois grupos político-familiares, Alves e Maia, têm ocupado, por meio de seus representantes, importantes espaços de poder no Rio Grande do Norte. Esse fato se reproduz, especialmente plano majoritário, nas últimas quatro décadas, conforme ilustramos abaixo:

Eleição	Senador	Governador	Prefeito de Natal
1982	Carlos Alberto de Souza PDS *indicado/biônico	José Agripino Maia PDS	Manoel Pereira PDS 15/5/1982-15/3/1983 e Marcos Formiga PDS 15/3/1983-1/1/1986 Nomeados por José Agripino
1986	José Agripino Maia PFL Lavoisier Maia PDS	Geraldo Melo – Vice Garibaldi Pai Os 2 PMDB	Garibaldi Alves Filho PMDB 1/1/1986-1/1/1989
1990	Garibaldi Alves Filho PMDB	José Agripino Maia, PDS	Wilma de Faria PDT 1/1/1989-1/1/1993
1994	Geraldo de Melo PSDB José Agripino Maia PFL	Garibaldi Alves Filho, PMDB	Aldo Tinóco Filho PSDB 1/1/1993-1/1/1997
1998	Fernando Bezerra PMDB Agnelo Alves 1º Supl. PMDB	Garibaldi Alves Filho, PMDB	Wilma de Faria PSB 1/1/1997-1/1/2001
2002	Garibaldi Alves Filho PMDB José Agripino Maia PFL	Wilma de Faria, PSB	Wilma de Faria, PSB 1/1/01-5/4/02 Carlos Eduardo Alves, PSB, 5/4/2002-1/1/2005
2006	Rosalba Ciarlini Rosado PFL	Wilma de Faria, PSB	Carlos Eduardo Alves, reeleito 1/1/2005-1/1/2009, PSB
2010	*Garibaldi Pai Supl. de Rosalba Garibaldi Alves Filho PMDB José Agripino Maia DEM	Rosalba Ciarlini Rosado, DEM	Micarla de Sousa, PV, 1/1/2009-31/10/2012,
2014	Maria de Fátima Bezerra PT	Robinson Mesquita de Faria, PSD	Carlos Eduardo Alves, PDT 1/1/2013-1/1/2017 Carlos Eduardo Alves, PDT, 1/1/2017 – 6/4/18

Mesmo após uma minuciosa pesquisa mais aprofundada, não identificamos nos períodos da Colônia, Império, ou mesmo em fases anteriores da República, nenhum outro grupo político-familiar que fosse tão longo, na ocupação contínua de espaços de poder, mesmo quando determinados cargos eram ocupados por designação.

Apesar de, cronologicamente, os grupos político-familiares estudados serem sucessores temporais das velhas oligarquias potiguares, ao invés de se renovarem em relação ao *modus operandi* político, acabaram se constituindo como herdeiros de antigas práticas como patrimonialismo, nepotismo e assistencialismo, com o diferencial de terem se especializado na luta exitosa por espaços de poder.

Originalmente, no Rio Grande do Norte, a família Maia surgiu e a Alves ressurgiu no contexto da ditadura militar e ambas continuam, em 2018, ocupando espaços de poder no Estado, perpetuando-se neles.

Recorremos principalmente à Maquiavel (2007), no sentido de encontrar componentes que servissem de base à construção de explicações à longa permanência dos grupos familiares no poder. Um deles, que colaborou com uma importante linha condutora de raciocínio, foi o da necessidade de se construir e manter bases políticas sólidas.

José Agripino Maia foi indicado pelo primo-governador, Lavosier Maia, no período da ditadura militar, para ser prefeito de Natal. Anteriormente, Lavosier havia sido indicado pelo pai de Agripino, Tarcísio Maia, que fora governador, também nomeado pelo regime. Posteriormente, Agripino foi eleito governador por duas vezes e senador por quatro vezes. Acompanhe nos quadros abaixo um detalhamento dos principais espaços de poder ocupados por essa família fora do plano majoritário:



Mandatos de Deputado Federal de 1958 a 2018 – Família Maia

MAIA = 09	Tarcísio Maia: pai de Agripino, avô de Felipe Maia	1	1958
	Wilma Maia (esposa de Lavosier Maia à época)	1	1986
	Lavosier Maia, primo de Agripino	1	1998
	Felipe Maia	3	2006, 2010, 2014
	João Maia, primo de Agripino	2	2006, 2010
	Zenaide Maia, irmã de João Maia	1	2014

Mandatos de Deputado Estadual de 1998 a 2018 – Família Maia

MAIA = 06	Márcia Maia – filha de Lavosier e Wilma	5	1998, 2002, 2006 , 2010, 2014
	Lavosier Maia	1	2006

Garibaldi Alves Filho, foi eleito prefeito de Natal uma vez, governou o RN por duas vezes e exercera o mandato de Senador por três vezes. Pudemos constatar que Garibaldi Aves Filho e José Agripino Maia oscilaram no exercício do poder, desde os cargos de prefeito e governador nos tempos das “vacas gordas” a senador, no tempo das “vacas magras”, o que lhes permitiu receber de herança as polarizadas bases políticas de poder no Estado, que haviam sido construídas por seus antepassados. Foi fundamental para ambos e para seus respectivos grupos político- familiares, o fato de terem ocupado os citados cargos no poder executivo, principalmente estadual, fato que os projetou, “longevamente”, a permanecerem nesses espaços majoritários de poder.

Confira o detalhamento de espaços de poder ocupados pela família Alves, além do campo majoritário, nos quadros que seguem abaixo:

Contagem de Mandatos de Deputado Federal até 2018: família Alves

ALVES = 20	Henrique Alves	11	1970, 1974, 1978, 1982, 1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010
	Aluísio Alves	6	1945, 1950, 1954, 1958, 1966, 1990
	Ismael Wanderley	1	1986 (Esposo de Ana Catarina Alves – irmã gêmea de Henrique Alves)
	Ana Catarina Alves	1	1998
	Walter Alves	1	2014

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.



Contagem de mandatos de deputado estadual até 2018: família Alves

ALVES = 20	Garibaldi Alves	3	1958, 1962, 1966
	Garibaldi Alves Filho	4	1970, 1974, 1978, 1982
	Carlos Eduardo Alves	1	1986: Entrou “na vaga” de Garibaldi Filho
	Walter Alves	2	2006, 2010
	Agnelo Alves	2	2010, 2014
	José Dias (Esposo da irmã de Aluísio Alves)	8	1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Contagem de mandatos de vereadores de Natal/RN, da família Alves

ALVES = 07	Ana Catarina Alves	1	1988
	Geraldo Neto	4	1996, 2000, 2004, 2008
	Felipe Alves	2	2012, 2016, “na vaga” do primo Geraldo. Filho do conselheiro do TCE Paulo R. Alves, irmão de Garibaldi Filho, primo do então prefeito Carlos Eduardo Alves

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

AS FACILIDADES DE UM “PODER QUE GERA PODER”

No tempo das máquinas administrativas bem “azeitadas” com recursos e projetos prontos para executar, obtiveram as condições favoráveis à manutenção e fortalecimento de bases políticas por todo o RN. Durante um bom tempo, essas máquinas administrativas praticamente não sofriam fiscalização consistente e não havia o fortalecimento de instituições como o Ministério Público ou mesmo a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Licitações. Houve um tempo em que o governante podia nomear efetivos sem concurso público e sacar dinheiro em espécie “na boca do caixa”, sem dar maiores satisfações.

A transparência para com as contas públicas era um mito e o Tribunal de Contas era composto literalmente por indicações de origem política, fato esse que praticamente não se alterou. Apesar de passar a contar com um quadro técnico concursado, melhor qualificado e estruturado para fiscalizações, ainda tem seus efeitos subordinados aos conselheiros do órgão, que passam por indicações políticas, e que, por isso, continua a levantar as suspeitas de que talvez seja, na prática, um tribunal de faz de contas, conforme ilustra o quadro a seguir:

CONSELHEIRO	CARGO	INDICAÇÃO/ORIGEM/PROXIMIDADE
Antônio Gilberto de Oliveira Jales	Presidente	Ex-secretário da ex-governadora Rosalba Ciarlini Rosado
Tarcísio Costa	Vice-presidente	Irmão do deputado estadual Vivaldo Costa, efetivado à época governador do RN, por renúncia de José Agripino Maia, que concorrera ao Senado. Também irmão de “Bibi Costa”, ex- prefeito de Caicó/RN e ex-deputado estadual.
Carlos Thompson Costa Fernandes	Corregedor	Ministério Público
Paulo Roberto Chaves Alves	Dir. Escola da Contas	Irmão do senador Garibaldi Alves Filho (foi seu chefe da Casa Civil quando esse era governador do RN) e pai do vereador de Natal Felipe Alves
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa	Pres. 1ª Câmara	Origem da Auditoria de Contas do TCE; foi esposa de um deputado estadual falecido, efetivada como conselheira na gestão da ex-governadora Wilma de Faria
Francisco Potiguar Cavalcante Jr	Pres. 2ª Câmara	Pmdbista histórico, ex-deputado estadual; irmão de Alexandre Cavalcante, também ex-deputado estadual
Renato Costa Dias	Ouvidor	Irmão de Álvaro Dias, ex-deputado federal e estadual (e ex- presidente da Ass.Leg.), efetivado prefeito de Natal em 04/2018, com a renúncia de Carlos Eduardo Alves

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em dados da mídia do RN, 2018.

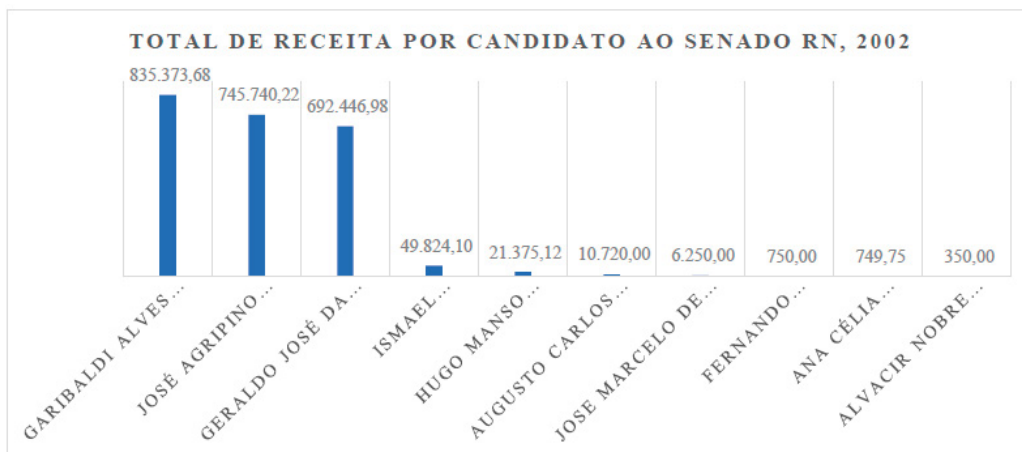
O quadro mudou, o tempo passou e os excessos do passado cobram o seu preço aos governantes do presente, que dão de cara com uma máquina administrativa quase paralisada, por efeitos de crise econômica, fiscal e administrativa, além de falta de capacidade de investimentos. Foi essa mesma máquina, que no passado projetou políticos e robusteceu positivamente as suas imagens públicas, que, na atualidade, tornou-se trituradora de imagens públicas dos governantes que as pilota. Nos piores momentos para se governar, os governantes do passado flanam livremente, sem os pesos dessas responsabilidades do executivo. Mais distantes dos problemas e das realidades locais, permaneceram, pelo menos até 2018, em uma posição mais conveniente.

ALGUNS “SUPORTES” OFERECIDOS PELO SENADO FEDERAL

Creditados das benesses concedidas no passado, que desgastam os governantes do presente, seguiram, com o suporte do Senado, alimentando as suas bases. O exercício do cargo de senador, com mandato que dura oito anos, oportunizou a formação de uma ampla rede de relacionamentos com empresários e cúpulas partidárias nacionais. Essa *network* proporcionou a abertura de portas que culminam com diversas formas de contribuição, principalmente financeiramente, às suas campanhas e às dos seus aliados, por meio dos fundos públicos, partidários ou até das doações de origem privada. Veja abaixo, em relação às eleições de 2002 e 2010, a disparidade do que foi arrecadado por Agripino e Garibaldi em relação aos demais candidatos:

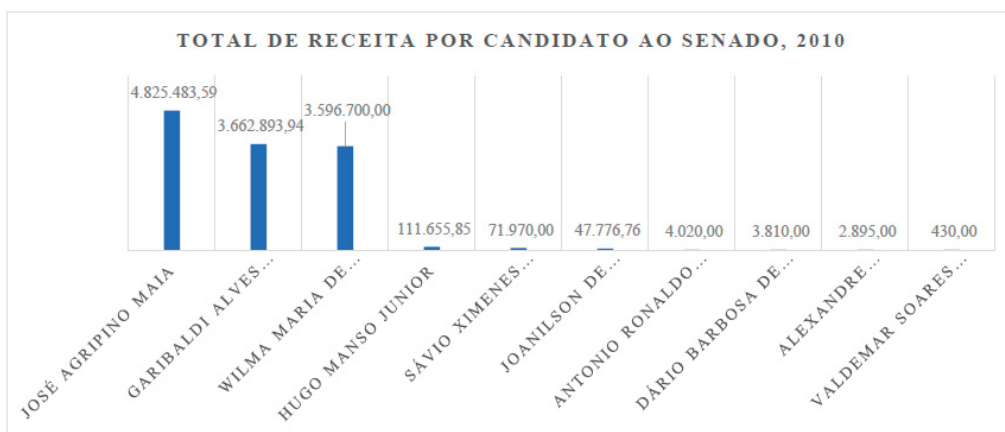


Total de Receita por Candidato ao senado – RN (2002)



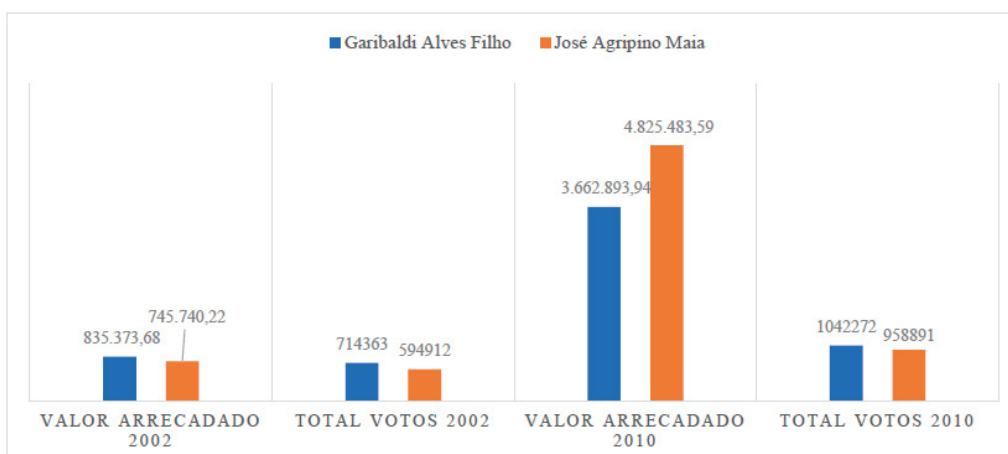
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2018.

Total de Receita por candidato ao senado – 2010



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2018.

Valor arrecadado para campanhas x Total de votos (Garibaldi A. Filho e José Agripino Maia – 2002 e 2010)

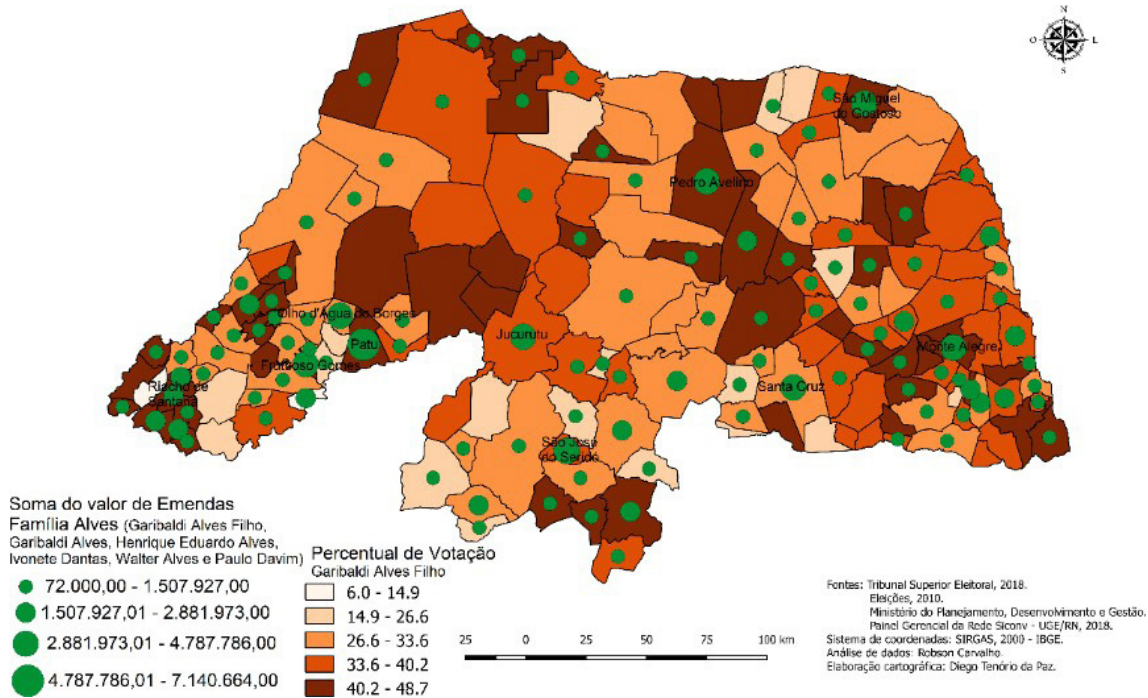


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2018.

Além disso, contam com a prerrogativa da destinação das emendas parlamentares, com as quais irrigam suas bases político-eleitorais em todo o Estado. Essas, lamentavelmente, em disfunção com o espírito constitucional, ao invés de serem destinadas a projetos estruturantes, de Estado, são pulverizadas para alimentar bases político-eleitorais pelo interior, na tentativa de manutenção desses grupos e de seus familiares e aliados nos espaços de poder.

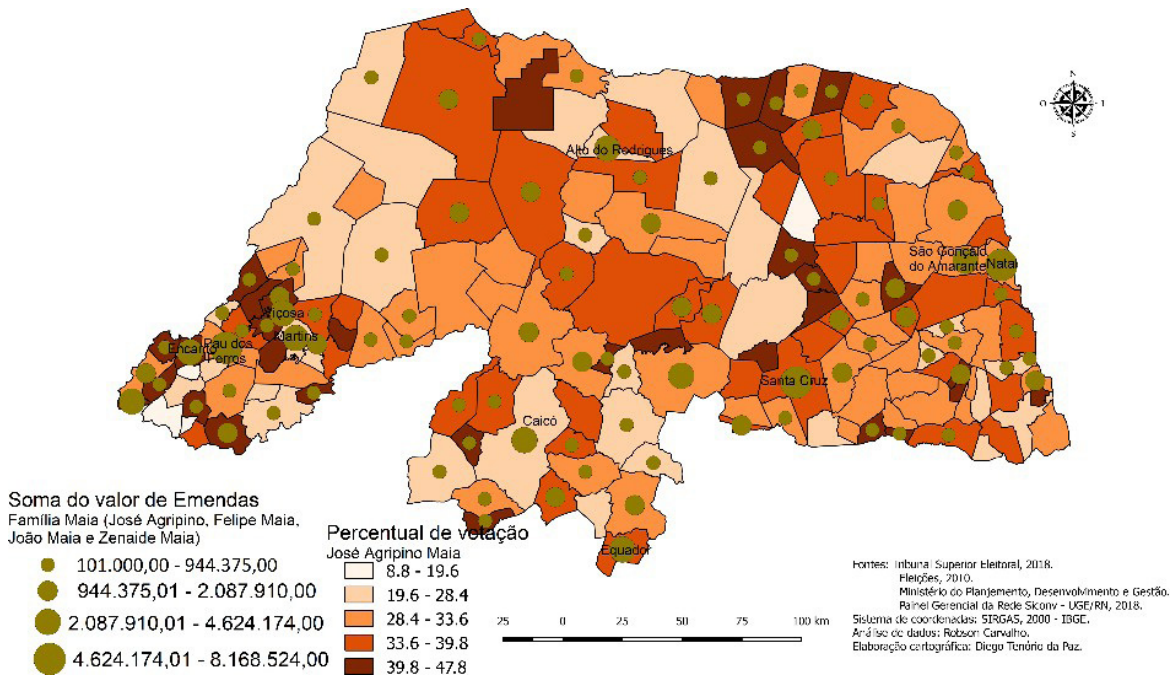
Confira dois exemplos, do trabalho que desenvolvemos cruzando o mapa de votação com o mapa das “emendas familiares” dos senadores José Agripino Maia (DEM) e Garibaldi Alves Filho (MDB):

Família Alves (Garibaldi A. Filho, Garibaldi Alves, Henrique E. Alves, Ivonete Dantas, Walter Alves e Paulo Davim): Percentual de votação de Garibaldi A. Filho ao senado – 2010 e soma dos valores de emendas parlamentares de Garibaldi A. Filho, Garibaldi Alves, Henrique E. Alves, Ivonete Dantas, Walter Alves e Paulo Davim, 2010 – 2018



Fonte: Cruzamento de dados da SICONV e do TSE, 2018.

Família Maia (José Agripino Maia, Felipe Maia, João Maia e Zenaide Maia): Percentual de votação de José Agripino Maia ao senado – 2010 e soma dos valores de emendas parlamentares de José Agripino Maia, Felipe Maia, João Maia e Zenaide Maia, 2010 - 2018

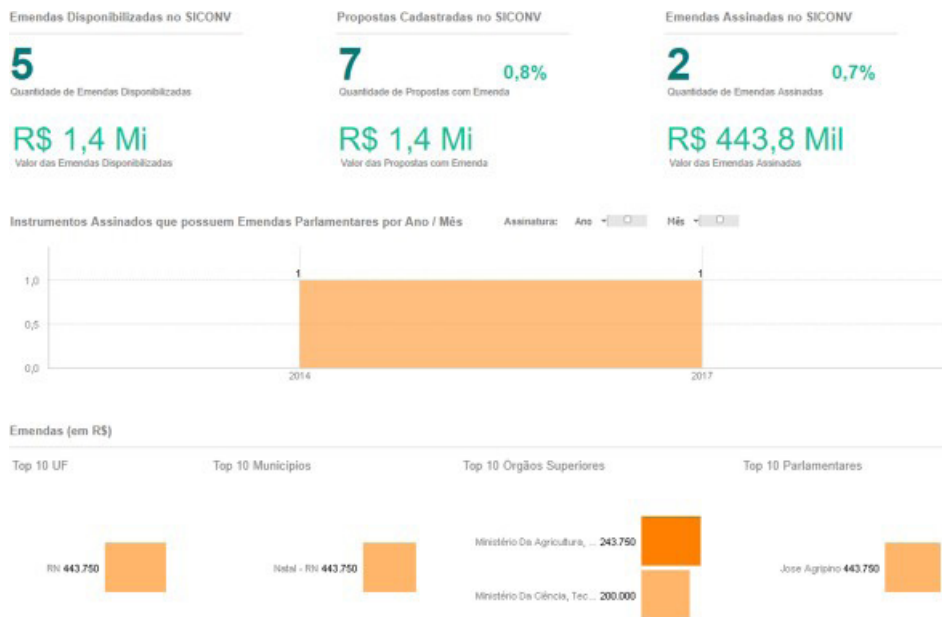


Fonte: Cruzamento de dados da SICONV e do TSE, 2018.

O exercício do cargo credita a qualquer senador, que inclusive tem poderes constitucionais exclusivos, um importante leque de relacionamentos com o plano federal, também em relação às instâncias governamentais, que têm suas representações em Brasília e nos Estados, e com o próprio presidente da República, que não governa sem o Congresso. Um senador, tem o poder de facilitar ou boicotar pleitos, a depender de quem esteja governando o seu Estado – ou municípios, em determinadas ocasiões.

Uma reflexão a respeito das emendas assinadas com o ente Governo do Estado, quando os senadores eram oposição ao governante da ocasião, mereceu destaque: no período analisado, Garibaldi Alves Filho, por exemplo, não assinou nenhuma emenda parlamentar individual e José Agripino, apenas duas. Isso, de um total que ambos assinaram com outros entes, que chega a 202 emendas. Vale relembrar que, constitucionalmente, a representação do ente Estado é – ou deveria ser – a prioridade do senador. Demonstramos tal fato no quadro abaixo:

Total geral – Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia Ente: Gov. do Estado – 2010 - 2018



Fonte: SICONV, 2018

A estratégia é a da bipolarização; da divisão do estado em duas forças principais, comandadas por duas famílias, Alves e Maia, identificadas por cores, respectivamente verde e vermelha, e alocadas em partidos, principalmente, MDB e DEM – ambos com raízes oriundas do período militar. Ao redor de cada núcleo político-familiar, oscilam grupos políticos menores, que, a qualquer ameaça de constituir-se como um novo polo, ou uma nova força, também chamada de terceira força, são “espremidos” pela união dos antigos polos “antagônicos”. Nessa lógica, ora posicionados em lados opostos, ora coligados, percebemos que, em alguns momentos, as próprias famílias se subdividem em diversos grupos que se posicionam na arena eleitoral para a disputa e captação de votos.

A CONFUSÃO DO PÚBLICO COM O PRIVADO

Na nossa ótica, mesmo sabendo que não estamos lidando com frias estátuas de mármore, os sentimentos de amor, ódio, mágoas ou paixões que permearam as campanhas políticas das últimas quatro décadas no Estado potiguar, foram apenas meros efeitos de composições políticas que preservam em si um forte componente familiar, quando no mínimo, a lógica política apontava à necessidade de divisão momentânea. É a luta pelo poder. É a dinâmica que requer movimentos. A questão é fazê-los, como se observa, à revelia da sociedade, que acaba crendo em rompimentos verdadeiros que não passam de divisões estratégicas momentâneas.

Há uma linha muito tênue entre o que é grupo político e o que é espaço de família. Há uma força significativa do elemento família, nas composições políticas que culminam com a formação de chapas para competições eleitorais. Em momentos podem até se diferenciar enquanto grupo político, mas são sempre família. Na prática, após eventuais rugas, todos se recompõem. São famílias; mesmo considerando a ocorrência de momentos “traumáticos” no passado, vejamos hoje a relação entre Henrique Alves e a irmã gêmea Ana Catarina (único caso em que consideramos que realmente pode ter havido uma divisão verdadeira, mas depois, tudo se recompôs e Henrique indicou o filho de Ana Catarina para ser diretor administrativo e financeiro do DNOCS), que disputaram no passado a prefeitura de Natal. Família briga sim, se junta e se separa, mas depois tudo se resolve.

A sustentação política dos grupos familiares se deu ao longo do tempo por meio das “suas” bases e instrumentos disponíveis, que se alimentam do controle de partidos, verbas de campanha eleitoral pública e privada e da distribuição de emendas parlamentares.

Além disso, destacamos os cargos políticos municipais, estaduais e federais que ocupam ou nomeiam, por meio dos quais têm acesso a outros orçamentos que controlam diretamente, no exercício desse cargo, ou nos quais influenciam, quando indicam nomes de aliados para o seu preenchimento. E, ainda, do uso de veículos de comunicação próprios ou de parceiros e da influência na distribuição e aplicação de verbas publicitárias públicas e privadas, que são utilizadas para desgastar as imagens públicas dos adversários e promover a construção positiva e fortalecimento das imagens dos próprios membros da família ou aliados de ocasião.

A presença do padrão familiar nas composições políticas, com fins às disputas eleitorais foi tão forte, que todo esse somatório de estruturas potencializou a força do grupo político-familiar, e, assim espaços de poder foram usados para gerar novos espaços de poder, a serem ocupados pela própria família ou por aliados a elas ligados umbilicalmente. O grupo político-familiar Alves ocupou espaços de poder que variavam desde o legislativo, como vereador, deputado estadual, federal e senador, já tendo passado pelas presidências da Câmara Federal e Senado, bem como no executivo, como prefeituras, governos estaduais e ministérios. O grupo político-familiar Maia, apesar de já ter ocupado espaços no executivo, como prefeitura de Natal e Governo do Estado, na atualidade exerceu mais funções no legislativo, concentrando-se na Câmara Federal e Senado.

A política passou assim, a ser confundida como um negócio de família (Monteiro, 2016), que também estendeu suas ramificações ou redes de influências às empresas privadas dos seus próprios membros e de grupos políticos ou não, com os quais conservam proximidade, entrelaçando-se todos em uma mesma teia, que interliga de modo estreito o Estado, o mercado e as famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado desse tipo de prática, ou *modus operandi*, foi o impedimento ou a criação de dificuldades para que os de outras famílias ou grupos “periféricos” cheguem a ocupar determinados espaços de poder, sobretudo no campo majoritário. E, quando conseguiram ocupar, de lá saíram extremamente desgastados. Aplicada essa lógica da trituração contínua de adversários, percebemos ao longo da história potiguar, que estamos nos aproximando de uma espécie de escassez de lideranças, fora do campo familiar Alves-Maia. Se imaginarmos que há, no plano majoritário potiguar, a disponibilidade para disputa, de um cargo de governador e vice, e de três senadores, diante de um cenário de competição, deveríamos ter pelo menos 10 lideranças de projeção estadual, quando, no ano de 2018, encontramos dificuldade de contar 5 nomes.

Todo esse poder reunido, provocou interferências no jogo democrático, na disputa eleitoral. Essa luta pela sobrevivência demonstrou ao longo da história política potiguar, que, se cada passo estratégico que foi dado, não estava planejado desde os primórdios pelos seus patriarcas, pelo menos a trama e a forma de fazer política, pelo que observamos, se repetiu a cada ciclo eleitoral. São famílias, como elucidam os conceitos de Weber (2011), que vivem não só “para” a política, mas, principalmente, “da” política. São profissionais vocacionados, que a partir do exercício da política, constroem mecanismos próprios de perpetuação nela, e dela extraem dividendos econômicos, sob o argumento de prestarem um serviço público que justificaria os seus respectivos *modus operandi*.

Além disso, a velha estratégia da venda da “esperança”, que é sempre prometida, mas nunca chega ao Rio Grande do Norte, continua a ser a tônica dos grupos político-familiares Alves e Maia, ou de seus aliados mais próximos, que se revezam nos espaços de poder. As práticas continuam muito semelhantes, inclusive na composição de chapas, com a antiga prática da forte presença do “familismo” em suas composições.

Ainda nas eleições de 2018, observamos a formação de uma chapa para disputar o Governo do Estado com o representante da família política Alves, Carlos Eduardo Alves, tendo como vice, Carlos Eduardo Rosado, filho da ex-governadora do RN e prefeita de Mossoró, Rosalba Ciarlini Rosado e contou também com o apoio da família Maia, por intermédio do senador José Agripino Maia, que disputou o mandato de deputado federal em lugar do filho Felipe Maia, que lhe “cedeu avaga”. Porém, dessa vez, o resultado foi a derrota eleitoral de todo o grupo.

Família e política: apesar dos recados dados pelo povo nas derrotas de 2018, seguirão os espaços públicos de poder no Rio Grande do Norte sendo tratados como espaços privados, do mesmo modo que há 200 anos, quando em 1818, o Estado era subordinado às capitânicas de Pernambuco e da Paraíba?

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F.L. Os barões da federação. *Lua Nova*, n. 33, p. 165-183, 1994. ABRUCIO, F.L.; SAMUELS, D. A nova política dos governadores. *Lua Nova*, n. 40-41, p. 137-166, 1997.
- ALMEIDA FILHO, A.; BARROS, V.S.C. **Novo manual de Ciência Política**. 1. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2008.
- ALVES, A. **A verdade que não é secreta**. Rio de Janeiro: Nova Lima Artes Gráficas Ltda, 1976.
- ALVES, A. **O que eu não esqueci: Reminiscências políticas 1933 – 2001**. Natal, RN: Editora Leo Christiano Editorial Ltda, 2001.
- ANDRADE, I.A.L. **Políticas e poder: O discurso da participação**. São Paulo: Ad Hominem, 1996.
- AUGUSTO, P.; EUDES, J. **Abotija. Abolsa da Família Alves: Porque o Rio Grande do Norte (e o Brasil) não pode crescer**. Natal, RN: [s/n], 2013.
- BARBOSA, L.C.A. **Determinantes do voto nas eleições para o Senado Federal: cenários de 2002 a 2010**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.
- BIGNOTTO, N. **Maquiavel republicano**. São Paulo: Editora Loyola, 1991. BOBBIO, N. **Dicionário de Política de A-Z**. 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.
- BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. 1. ed. Tradução de João Ferreira. Brasília: Editora UnB, 1986.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 13. Ed. São Paulo, SP: Editora Paz e terra, 2015.
- BORGES, A.; FILHO, A.S.; ROCHA, C. La conexión subnacional: geografía del voto y coaliciones electorales en el federalismo brasileño. *Rev. SAAP*, v. 5, n. 2, p. 323-357, 2011.
- BOURDOUKAN, A.Y. **O bolso e a urna: financiamento político em perspectiva comparada**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós- Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BRASIL. Decreto n. 12.919, de 24 de dez. de 2013. **Elaboração e execução da Lei orçamentaria**. Brasília, DF, dez 2013.
- CARONE, E. **A República Velha (instituições e classes sociais)**. São Paulo: Difel, 1975.
- CARREIRÃO, Y.S. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis: Ed. FGV, 2002.
- CASCUDO, LC. **História da cidade de Natal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CAVALCANTE, C.V.O. **O custo da democracia: O financiamento privado das campanhas para o senado em 2010 e suas implicações à competição política**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- CERVI, E. et al. Dinheiro, profissão, partido: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010. *Revista Sociedade e Estado*, n. 1, v.30, p.189-205, 2015. CERVI, E.U.; CODATTO, A.N.; Institucionalização partidária: Uma discussão empírica a partir do caso do PFL do Paraná. In: CODATTO, A.N.; SANTOS, F.J. **Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica**. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TER-PR), 2006, p. 267-291.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.
- COSTA, A.M.L. **Da aliança ao democratismo: a trajetória do PFL no Rio Grande do Norte**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

- COSTA, H.O. **A reforma política no Brasil e outros ensaios**. Natal, RN: Editora Sebo Vermelho, 2001.
- COSTA, H.O. **Democracia e representação política no Brasil: Uma análise das eleições presidenciais (1989-2002)**. Porto Alegre: Editora Solina, 2007.
- COSTA, L.D. **Os representantes dos estados no Congresso: composição social e carreira política dos senadores brasileiros (1987-2007)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.
- DANTAS, R. Blog do primo. Natal: Renato Dantas. 2018 ago. Disponível em: <http://blogdoprimeiro.com.br/2018/08/07/ele-nao-me-engana-carlos-eduardo-alves-e-um-alves-da-gema-que-tira-onde-de-independente-mas-ate-sua-filha-trabalha-no-gabinete-de-garibaldi-no-senado/>
- DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Tradução de Cristiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- FRANÇA, F.T. **A dimensão simbólica e midiática da política e a história da dona de casa que virou guerreira: A construção da imagem pública de Wilma de Faria em 2002 e 2006**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- GALVÃO, M.P. **1964, aconteceu em abril**. Natal, RN: Editora EDUFRN, 2004. GERMANO, J.W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Editora Cortez, 1993.
- GOES, M. **Sem Paisagem: Memórias da prisão**. Editora Europa, 1991. GUIMARÃES, C.N. Maquiavel e Max Weber: Ética e Realismo Político. **Rev. de Filos. Argumentos**, ano 2, n. 4, 2010.
- JESUS JUNIOR, H. Nicolau Maquiavel e seu tempo: A Razão de Estado, A arte da guerra e suas contribuições para a Ciência Política e as Relações Internacionais. **Ver. Onl. Teoria e Pesq.**, v. 23, p. 101-118, 2013.
- LYRA, C. **Memória viva de Aluizio Alves**. Natal, RN: EDUFRN, 1998.
- MACHADO, J.B. **1960: Explosão de paixão e ódio**. Natal, RN: Departamento Estadual de Imprensa, 1998.
- MACHADO, J.B. **Como se fazia governador durante o regime militar: O ciclo biônico no Rio Grande do Norte (1970 a 1982)**. Natal, RN: Editora RN Econômico, 1995.
- MACHADO, J.B. **Perfil da República no Rio Grande do Norte: 1889-2003**. Natal, RN: Departamento Estadual de Imprensa, 2000.
- MADEIRA, R.M. **Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-Arenistas e ex-mdebistas no atual multipartidarismo brasileiro**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MANCUSO, W.P. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 23, n. 54, p. 155-183, 2015.
- MAQUIAVEL, N. **O príncipe: Comentário de Napoleão I e Cristina da Suécia**. Tradução de Fulvio Lubisco. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007.
- MEGALE, J. **O príncipe de Maquiavel: roteiro de leitura**. São Paulo: Ed. Ática, 1993. MELO, C.A.V.; SOARES, K.C.C.S.; OLIVEIRA, L.P.S. Distribuição espacial do voto e destinação de emendas parlamentares no Brasil: distritos informais e debilidades da representação estadual. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38º, 2014, Caxambú. **Anais**: Caxambú, 2014.
- MELO, C.R. Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil. In: SOARES, G.A. & RENNÓ, L. **Reforma política: lições da história recente**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
- MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Tradução de Arthur Chaudon. Brasília: UNB, 1982.

MOGNATTI, M.C.F. **Transparência e controle na execução das emendas parlamentares ao orçamento da união**. 2008. Monografia de conclusão de curso (Especialização em Orçamento Público) - Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados e Universidade do Legislativo Brasileiro, do Senado Federal. Brasília. MONTEIRO, J.M. **A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político-familiar**. São Paulo, SP: LiberArs, 2016.

MORAIS, L.; CAVIGNAC, J. Les élections au Rio Grande do Norte, une histoire de famille(s)?: Repères en vue d'une compréhension de la politique et de l'histoire du Rio Grande do Norte. **Temps Présents**, 1995.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partidos**. Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROCHA, O.T.P. **A relevância do senado para o estado federal do Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

RODRIGUES, O.C.R. **Rabo de palha: O jabá de Jajá**. Caicó, RN: [s/n], 2006. SACCHET, T.; SPECK, B.W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião pública**, v. 18, n. 1, p. 177-197, 2012.

SCHLEGEL, R. O poder dos barões revisto: a (limitada) autoridade dos Estados Brasileiros em perspectiva comparada. In: ENCONTRO DA ABCP, 8, 2012, Gramado. **Anais**. Gramado: Fundação de apoio a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. p. 1-27.

SILVA, C.E.L. **Em busca do voto perdido: Os meios de comunicação na tentativa de restaurar um pacto populista**. Natal: Editora Coojornat, 1982.

SILVA, M.A. Partidos e eleições no Rio Grande do Norte (1982-2014): institucionalização e estabilidade relativa. **Rev. Ciên. Soc.**, v. 47, n. 2, p. 63-91, 2016.

SKINNER, Q. **Maquiavel**. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2012. SPECK, B.W. 2002. Como financiar a competição política? Concepções contemporâneas, ilustrações do caso da Alemanha e perspectivas para a situação no Uruguai. In: CAETANO, G. et al. **Dinero y Política: El Financiamiento de los Partidos en la Democracia**. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 2002. p. 15-41.

SPINELLI, J.A. **Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos**. Natal, RN: EDUFRN, 2010.

TEIXEIRA, A. De Dinarte a Agripino. **Revista Tribuna do Norte**, Natal, 10 nov 2010. TREVISAN, A.M. et al. **O combate à corrupção nas prefeituras do Brasil**. 2. ed. Ribeirão Bonito: Ateliê Editorial, 2004.

TRINDADE, S.L.B. **A abertura política no Rio Grande do Norte (1974 - 1979): Aluizio Alves, Dinarte Mariz e Tarcísio Maia: A Luta Pelo Poder**. 1997. Monografia de conclusão de curso (Graduação em História) – Departamento de História, UFRN, Natal, RN.

TRINDADE, S.L.B. **Aluizio Alves: Populismo & Modernização no Rio Grande do Norte**. Natal, RN: Editora Sebo Vermelho, 2004.

WEBER, M. **Ciência e política: Duas vocações**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.